

## **Autocracia e bonapartismo no Brasil: modos de institucionalização da relação-capital na via colonial e na teoria marxista da dependência de Ruy Mauro Marini**

Henrique Almeida de Queiroz<sup>1</sup>

**Resumo:** O texto apresenta os diferentes momentos da constituição da industrialização brasileira entre 30 e 64 em suas duas principais formas de controle do Estado pelas burguesias nacionais através de dois autores que tematizaram a realidade brasileira na efetivação do capitalismo. Objeto de investigações desenvolvidas por José Chasin, a tematização das formas institucionais e de controle do Estado no Brasil perpassam por duas categorias analíticas, autocracia e bonapartismo, que se propõe a descrever o comportamento das burguesias nacionais diante da transformação rural para urbano industrial no Brasil e a constituição da classe trabalhadora no país. Não obstante, a análise do bonapartismo nacional foi objeto de estudo e sistematização inicial de Ruy Mauro Marini, tendo que ser abandonado após o confisco de seus materiais e seu exílio no México. Desta forma, o texto se propõe a determinar a compreensão iniciada por Marini e as diferenças existentes nas investigações entre Chasin e Marini.

**Palavras-chave:** Autocracia; Bonapartismo, Capitalismo.

### **Autocracy and bonapartism in Brazil: ways of institutionalization of the capital-relation in Colonial Path and Marxist Dependence Theory of Ruy Mauro Marini**

**Abstract:** The text presents the different moments on the constitution of brazilian industrialization between 30 and 64 on its two main forms of State control by the national bourgeoisie by two authors who subject the brazilian reality in execution of capitalism. Object of investigations carried out by José Chasin, the theme of institutional forms and State control in Brazil found by two analytical categories, autocracy and bonapartism, which purports to describe the behavior of the national bourgeoisie on rural urban industrial processing in Brazil and the Constitution of the working class in the country. Nevertheless, the analysis of bonapartism was object of study and initial systematization of Ruy Mauro Marini, had to be abandoned after the confiscation of your materials and your exile in Mexico. Thus, the text sets out to determine the understanding initiated by Marini and the differences in investigations between Chasin and Marini.

**Keywords:** Autocracy; Bonapartism. Capitalism.

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora – campus Governador Valadares.

## **Introdução**

O pensador marxista José Chasin detém muitas contribuições e elucidações críticas para os postulados teóricos que tentavam compreender e explicar teoricamente a realidade brasileira. Sua produção se encontra dentro da conjugação de uma grande quantidade de intelectuais brasileiros que buscavam desenvolver e explicar criticamente a estrutura social e econômica brasileira. Dentre as grandes contribuições realizadas por Chasin, encontramos a proposição da Via Colonial e seus desdobramentos no desenvolvimento econômico e político da sociedade brasileira.

Ruy Mauro Marini também possui contribuições notáveis para o pensamento social brasileiro e latino-americano. Buscando entender o problema da formação da economia brasileira e sua capacidade de desenvolvimento econômico e social autônomo, Marini utiliza Marx sob a ótica de dependência dos países subordinados para descrever as relações de subordinação impressas pelas economias centrais.

A partir da década de 50, foram instalados no país núcleos de pesquisa que tentavam discutir e apoiar o planejamento da economia nacional sob o estímulo das Organizações das Nações Unidas. Dentre estes, surgiram a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) com nomes de grande importância na história nacional como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga Belluzo, dentre outros. Nela, a relação com o imperialismo toma grande potência explicativa do atraso econômico brasileiro, facultando o atraso nacional ao controle internacional externo que limitava ou impedia o desenvolvimento industrial brasileiro, o confinando apenas nos setores de exportação de produtos ou bens primários. De forma que, sob forte influência de Celso Furtado, o papel central das dificuldades da evolução econômica nacional se daria pelo subordinante externo, sem a devida análise dos processos internos do país “através do qual a irradiação do pólo subordinante era responsabilizada sozinha por toda a determinação, dissolvendo assim a legalidade específica do pólo subordinado” (CHASIN, 2000, p. 244-245).

Por outra parte em com outras determinações e personagens, surge também o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), com maior conexão aos dilemas políticos brasileiros e no qual ponteiavam nomes como Álvaro Vieira Pinto, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier entre outros. Nestes, o desenvolvimento nacional estaria ligado a uma revolução nacional e industrial que possibilitasse ao país a criação de uma estratégia de desenvolvimento autônomo. No Iseb existia a ideia de uma

burguesia nacional que pudesse representar o interesse nacional, possibilitado por uma aliança de classes, ainda que sob forte contraditoriedade. Esta tese fora absorvida e aplicada pelo Partido Comunista Brasileiro da época.

Nas duas propostas do nacionalismo econômico da época, “Assumi como pedra angular o desenvolvimento capitalista nacional, sob a iniciativa e os estímulos do estado, inclusive como forma de integração/corporificação das massas excluídas” (CHASIN, 2000a, p. 47). Em ambas,

Tratava-se de uma proposta de desenvolvimento fundamentado num planejamento econômico com acentuado protagonismo estatal, baseado na industrialização e com viés nacionalista. Em sua visão, o desenvolvimento deveria unir progresso técnico e elevação dos padrões de vida das massas populares, processo este iniciado com uma revolução capitalista de caráter nacionalista, capitaneada pelo estado e pelos capitalistas nacionais. (ASSUNÇÃO;SARTÓRIO, 2008, p.138)

É assim que, para Chasin, as teses cepalinas e isebianas representariam: “A reflexão que a antecedeu, concernente às relações econômicas internacionais do país, tinha por contorno o complexo fenomênico do imperialismo, porém mentalizado predominantemente sob forma linear e unilateral” (2000, p. 244). Desta forma, Chasin inaugura em *O Integralismo de Plínio Salgado* (1978) a sua tese sobre o modo de enervação e efetivação do capitalismo brasileiro, prismado pela ótica da Via Colonial, em conjunto com a importância determinativa das relações imperialistas.

Por seu lado, Marini detém preocupações similares com o período do interstício entre 30 a 64. Sua leitura objetivava entender o processo de industrialização dos países periféricos, determinando seu processo através das relações entre o Estado as configurações políticas que detém a representação das classes sociais. Para o autor, era necessário repensar a forma de analisar um país que tem na determinação histórica a conexão da colônia e do sistema escravista o ponto de debilidade crucial para o desenvolvimento do capitalismo industrial nos países latino-americanos, a partir de apontamentos nos Grundrisse e nos livros posteriores ao primeiro volume de *O Capital* sobre a questão da mundialização da sociabilidade do capital representado pelo mercado mundial.

## 1. A Via Colonial: objetivação industrial hipertardia e suas relações de dominação estatal

A posição colonial do Brasil é um dos principais fatores que fundamentam a lógica da exploração econômica na nossa formação nacional industrializada hipertardiamente. Formada por interesses orientados para o comércio externo, raros foram os momentos nos quais os setores econômicos dominantes do cenário nacional tiveram algum interesse pela formação de um mercado interno robusto e buscaram a soberania econômica em relação aos interesses das economias centrais.

O processo de objetivação do capitalismo brasileiro pela Via Colonial proposta por Chasin (1978), de talhe ontológico, tem sua maneira própria de ser, uma legalidade interna particular, imanente, que nos permite divisar as diferenças específicas do caso concreto da industrialização nacional e quais serão as consequências para a classe do capital e do trabalho.

No caso em pauta, o que buscamos entender é a totalidade do comportamento social brasileiro naquilo que houve de mais determinante nos processos de distribuição dos meios de produção e das forças econômicas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a direção pela qual o capitalismo brasileiro que, subordinado aos interesses dos países centrais, compôs sua formação excludente na distribuição da riqueza socialmente produzida. Em outros termos, buscaremos trazer alguns elementos que compõem as ações recíprocas entre os interesses dos setores econômicos dominantes e o uso do Estado para sua consecução, que determinaram a particularidade e especificidade com relação à classe do trabalho principalmente na questão da remuneração, capacidade de consumo e da importância do mercado interno para a expansão autônoma do sistema social capitalista. Nos dizeres do autor:

Pelo contrário, trata-se efetivamente de determinar seus níveis e conexões, níveis e conexões de sua própria interioridade, de modo, que se refigure intelectualmente a sua própria ordem imanente. [...] As relações infra-superestruturais aparecem, então, não como uma proposta formalista, como uma simples estrutura, mas sim justificadas pela própria natureza do ser, de modo que a fundamentabilidade então conferida a determinante econômica não é a arbitrária conferência de privilégio a um fator (parte), mas a identificação do decisivo caráter determinante de uma “anatomia”. (CHASIN, 1978, pp. 65-66)

O início claudicante da industrialização brasileira ocorre num processo histórico do domínio do imperialismo britânico, no qual os setores dominantes da sociedade do período colonial continuaram a manter as concentrações de propriedades nas esferas mais lucrativas da produção nacional e na disputa por interesses dentro do Estado. A estes fatores se adicionam os interesses internacionais, desde o liberalismo econômico dos setores comerciais

financeiros da época pré-30 até a paulatina ordenação e orientação do processo de modernização industrial nacional, associando seus interesses aos da burguesia brasileira composta por interesses agrários, comerciais e industriais em conluio com o principal centro de acumulação, do imperialismo norte-americano. O país é marcado por uma história onde o novo não rompe com historicamente atrasado, um processo dissolutivo incompleto, que perpassa as contradições internas que mantemos mesmo na constituição de nossas indústrias.

O que Marx (2013) definira como via clássica de surgimento do capitalismo na Inglaterra, desvelando as categorias de funcionamento do sistema das relações sociais de produção fora levado a novas aplicações para a compreensão das formas de ir e ser do capital que não negam os procedimentos teóricos e as conclusões do sistema erigido por Marx. Desta forma, a Via Colonial é aquela que, ao defender como outros autores a importância do componente da Colônia como fundamento e ponto de partida da nossa história, compreende como central as diferenças das legalidades internas dos Estados-nação coloniais subordinados ao imperialismo, que constituem o complexo do sistema do capital no mundo, abordando pelo método das diferenças específicas do processo histórico as particularidades que compõe o caso nacional. Além da especificidade do tempo histórico do atraso do desenvolvimento industrial brasileiro, este, por si só, não pode ser a causa única dos atrasos e problemas que a nação irá percorrer para se industrializar e urbanizar. A esses processos, o Brasil se desassemelha não por ter como base o imperialismo e o capital monopolista, mas por sofrer profundas influências deles na composição de seu capital nacional, não deixando de ser um país subordinado na ordem da produção capitalista. Além dos reveses internos, o país iria enfrentar condições sob as quais se deu o início das grandes expansões multinacionais, e elas são significativas na formação da reprodução do capital no Brasil.

Diga-se, então, sem mais que o problema fundamentalmente de colher, à maneira dialética, a entificação do capitalismo no Brasil diz respeito à questão dos *particulares*, ou, realçando a dimensão ontológica, à verificação de que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua *anatomia*, mas que realizam através de objetivações específicas. (2000, p. 13)

Sendo este o procedimento requerido, Chasin então analisa a história nacional entre 30 e 64 de forma a consubstanciar as relações entre Estado e a dominação de classe referida dentro destes períodos. A posição do imperialismo é crucial a partir de 30, e no período colocado “Se os *pactos sociais* são a forma pela qual o poder tem sido detido, eles não são

idênticos entre si, e o critério que os separa em dois grandes ramos básicos é a presença ou não, em seu bojo, de alguma forma de representação das classes subalternas” (2000, p. 35-36).

Nesse sentido, é necessário entender como Chasin classifica o Estado dentro da realidade do capitalismo brasileiro, isto é, como é dado o tratamento da representação das classes subalternas dentro da relação de exploração do capital. Sendo assim “Importa dizer, que a *institucionalização da autocracia burguesa* é a expressão jurídica do *politicismo*, enquanto o *bonapartismo* é sua expressão explicitamente armada.” (2000, p. 127). Significa que ambas são expressões de uma mesma realidade fundada na subordinação estrutural de sua economia aos países de capitalismo avançado no qual a remissão democrática da participação popular nunca é efetivada. Ela representa a incapacidade da burguesia em se alçar aos mesmos patamares de acumulação econômica dos grandes centros, aliada ao desinteresse da democratização do poder e da representação das classes subalternas. Isso representa o conflito sempre presente, velada ou abertamente, com as categorias sociais abaixo de sua dominação não hegemônica, em conjunto com a subordinação das relações econômicas com os países subordinantes. “Ou seja, do mesmo modo que, aqui, a *autocracia burguesa institucionalizada* é a forma da dominação burguesa em ‘tempos de paz’, o *bonapartismo* é a sua forma em ‘tempos de guerra’” (2000, p. 128).

Entre processos comuns identificáveis dentro das particularidades históricas, o uso do Estado para a consecução dos interesses industriais no Brasil foi a principal forma encontrada para que os setores dominantes avançassem no processo de industrialização através da implementação de infraestrutura das indústrias de base, necessidade esta já declarada pela classe industrial antes dos processos iniciados com a chegada de Getúlio Vargas, da política de créditos e subsídios industriais representados pelo Programa de Substituição de Importações (PSI), políticas econômicas que iriam ser desenvolvidas para enfrentar a crise de 1929. Outra forma encontrada entre 30 e 64 foi a contenção da valorização salarial diante da inflação, principalmente no governo Dutra, que denota, no conjunto de tais fatores, a incapacidade econômica de se contrapor aos interesses externos e o desinteresse histórico da burguesia brasileira de arcar independentemente com o processo de acumulação capitalista, sem buscar aumentar sua produtividade apenas com o uso intensivo de mão de obra. O uso do Estado a serviço dos interesses das classes dominantes é a norma das vias de industrialização e dos relacionamentos de produção sob o capitalismo, sendo que nem o caso clássico foge à regra. Ou seja, na particularidade a que pertence o caso brasileiro, acumulação moderna e superexploração do trabalho são condições particulares, enquanto detém traços comuns com

as outras formas de industrialização, como o uso do Estado, que perfazem os membros contraditórios de uma mesma equação: “Fico apenas como um exemplo, para remeter à afinidade estrutural e indicar as diferenciações singularizadoras entre 37 e 64, dois momentos de vigência da forma *bonapartista*, e entre 45/6 e *nossos dias*, duas manifestações da passagem à *autocracia burguesa institucionalizada*.” (2000, p. 128).

Desde o processo do Estado Novo, o Brasil possuía créditos em dólares, como condição para a transição agrária hipertardia de sua industrialização. Disto parte um perfil econômico legado pelo passado, constituído de enormes disparidades regionais de desenvolvimento, cuja interconexão ainda era fraca ou muitas vezes inexistente e que sua sujeição ao imperialismo ainda era no todo incipiente, ou seja, relegado apenas às transações comerciais, no que detinha potencial de autonomia industrial em relação aos grandes centros. Assim, o bonapartismo representado por esta forma de Estado suprimiu várias formas de organização política e social a qual tentaram questionar o processo da industrialização, representando um período de forte contenção pela força dos movimentos sindicais e operários nas nascentes indústrias brasileiras.

No trânsito existente entre 30 e 64, o sonho do capitalismo autônomo enfrentou sérias dificuldades, que foram expressas no mais das vezes pelas suas configurações políticas de domínio. Saindo de um contingente operário e proletário relativamente pequeno, seu início industrial foi marcado pela institucionalização da autocracia, significando “A combinação de um aparato constitucional de feitio e ingredientes liberais (Constituição de 46) com um amplo complexo legal destinado a ‘organizar’, controlar e reprimir o movimento operário em especial e o sindicalismo em geral” (2000, p. 129). Remetente dos processos do bonapartismo inaugurado em 37-45, o retorno do período democrático representou a manutenção de um aparato que visasse ao controle e repressão das manifestações democráticas, herdadas pela repressão clara a manifesta dos tempos anteriores, sendo então o modo de expressão de exercer o seu poder de dominação de classe. O modo de repressão utilizado no Estado Novo era ainda incipiente, improvisado e muitas vezes não organizado.: “Em linhas resultantes: a autocracia burguesa institucionalizada, que foi implantada em 45/6 e que se desdobrou até 64, terá sido, provavelmente, aquela da maior liberalidade que pode estar contida em tal forma de dominação política” (2000, p. 132). De tal forma que Chasin apresenta o problema do bonapartismo como a violência clara e direta sobre as resoluções entre capital e trabalho, em seus momentos críticos, e a autocracia burguesa institucionalizada em seus períodos de paz.

## 2. Marini e o bonapartismo

Marini em seus escritos iniciais trata sobre o problema do bonapartismo, considerando sua expressão como o controle das massas através do aliciamento destas a seus intentos. Ao contrário da categorização de Chasin, Marini analisa o processo de conjugação da burguesia latino-americana dentro do Estado: “Sin un análisis de la problemática brasileña, de las relaciones de fuerza allí existentes entre los grupos políticos, de las contradicciones de clase que se desarrollaban con base en una configuración económica dada, no se comprenderá el cambio político que experimentó a partir de 1964” (1971, p. 30). Entretanto, não há em suas análises qualquer menção aos períodos autocráticos determinados pelos momentos de retorno dos direitos políticos e sociais.

Para Marini, foi exatamente pela correlação de forças econômicas e políticas entre essas classes interessadas no domínio externo que o desenvolvimento incompleto e não autônomo do capital industrial se deu, característica esta específica das economias latino-americanas principalmente após seus desenvolvimentos progressistas na construção de suas próprias indústrias. Mas a configuração das classes no Brasil estaria dada na renúncia a esse processo de desenvolvimento autônomo, quando a Revolução de 30 que não rompe com seu passado e terá sua efetivação em 37. No Brasil, o caso não é diferente, pois, não obstante a possibilidade de desenvolver uma indústria de certo peso, centrado nas regiões onde a classe agrária perdeu maior força com relação à burguesia industrial nacional, não houve um abandono da natureza contraditória essencial da política nacional agrária e industrial.

Como é possível entender em Marini, sua análise se passa quando o problema da manutenção dos interesses agrários acaba por se tornar coadjuvante ativo desse processo antinacionalista quando o processo político de 30 enceta o desenvolvimento da indústria como política estatal. O interesse exclusivo de lucros fáceis pode ser vista pela crise de 29 e pela orientação à produção para o mercado interno para as mercadorias que o sistema agrário-exportador não podia mais suportar para a aquisição de mercadorias de consumo pela importação: “La crisis del sector externo, representada por las restricciones a la exportación y las dificultades resultantes para satisfacer el consumo interno mediante importaciones, exigía un cambio de actividad económica en la región” (1971, p. 11).

As características dos interesses da economia agrária em conflito com o desenvolvimento industrial e a ausência da participação das massas na vida econômica foram as principais formas pelas quais passaram as contrariedades intrínsecas ao seu passado

colonial no desenvolvimento capitalista brasileiro. A importância do Estado para a consecução de políticas que visavam à industrialização como resolução para o atraso estavam atadas a interesses coloniais que eram contrários às políticas de incentivo ao crescimento e desenvolvimento da indústria nacional e com os conflitos da burguesia industrial que surgem daí.

Ao invés da repressão da democracia e das forças opositoras naturais de um processo contraditório, Marini expõe em seus trabalhos inaugurais, desenvolvidos em *Subdesarrollo y Revolución* (1971) as expressões do que seria tal bonapartismo, muitas vezes colocando sob o rótulo de populismo. No sentido de que “El bonapartismo se plantea, en esta perspectiva, como el recurso político de que se sirve la burguesía para enfrentarse a sus adversarios” (1971, p. 15). Sendo assim:

Basandose en las masas populares urbanas, a las que seduce por su fraseología populista y nacionalista, pero más concretamente por sus intentos de redistribución del ingreso, ella intenta poner de pie un nuevo esquema de poder, en el cual, mediante el apoyo de las clases medias y del proletariado y sin romper el esquema de colaboración vigente, le sea posible sobreponerse a las antiguas clases terrateniente y mercantil. (1971, p. 15)

Ao analisar o processo de 1930, Marini coloca de tal forma que “El resultado de las luchas desencadenadas por ese conflicto es, por intermedio de la revolución de 1930, un compromiso - el “Estado Novo” de 1937, bajo la dictadura de Getulio Vargas” (1971, p. 31). No mais das vezes, os compromissos entre as classes dominantes dentro da estrutura de poder do Estado se complementa através do interesse em se sobrepor aos antigos interesses dominantes do capital agrário. Significa dizer, ao mesmo tempo, que o bonapartismo de Vargas “El ‘Estado Novo’ de 1937, siendo un regimen bonapartista, está lejos de representar una opression abierta de clase.” Ou seja, em Vargas houve uma organização sindical corporativa, que detinha conexão com os interesses mais amplos da classe trabalhadora que se firmava no horizonte industrial do país.

Ao contrário, Marini clarifica o que entende como bonapartismo ao analisar o Governo de Jânio Quadros, que para ele “represento un ensayo de bonapartismo carismático, [...] grade suficiente para obtener la adhesion de las masas, al mismo tiempo que lo bastante liberado de compromisos partidarios para que, en nombre del interés nacional, pudiese arbitrar los conflictos de clase” (1971, p. 47). Assim, o bonapartismo não é classificado como a supressão de direitos sociais e políticos, mas como a adesão das massas que legitimam o procedimento de resolução dos conflitos de classe.

Assim, a transição do governo de Goulart se deu de tal forma que:

La fuerza de Goulart en el movimiento sindical lleva a la burguesía a depositar en él sus esperanzas de contenerlo y utilizarlo en su intento de constituir un gobierno fuerte, capaz de atacar a los dos factores determinantes de la crisis económica (el sector externo y la cuestión agraria), abriéndole así a la economía nuevas perspectivas de expansión. Es decir, que se intentara sustituir el bonapartismo carismático de Quadros, basado en una concepción abstracta de la autoridad, por un bonapartismo de masas, sostenido por fuerzas organizadas y con una ideología definida. (1971, p. 54)

Ao que se determina que o bonapartismo em Marini se dê de maneira diversa, sendo considerado através da hegemonia da classe política com a legitimidade popular “la tendencia bonapartista que se esbozaba en el escenario politico de la nacion iba a concretarse y que vencida la tesis, preconizada por el PCB, de un gobierno de la burguesia industrial respaldado por la clase obrera.” (1971, p. 55). Ou seja, não se classifica o bonapartismo pela supressão de direitos políticos e sociais, mas sim através da hegemonia legitimada pelas classes trabalhadoras.

Infelizmente, Marini perde seus escritos durante a ditadura militar (2005), de onde seus materiais de pesquisa foram roubados pelo regime e dos quais nunca mais obteve acesso. Entretanto, é possível entender que para Marini o bonapartismo existe durante todo o processo elencado entre 30-64, com a diferenciação dada entre seus modelos de legalidade e legitimação popular apresentados entre os governos de 61-64 e também nos processos mais incisivos do bonapartismo representado pelo Estado Novo.

### 3. Conclusão

As diferenças entre Chasin e Marini são detectáveis em suas expressões sobre o problema nacional. O primeiro analisa os diferentes momentos da história nacional relevando que o bonapartismo surge na história nacional com o Estado Novo e a repressão dos direitos políticos e sociais para dar conta dos problemas de acumulação da indústria nascente. A repressão que surge é muito mais “generosa” do que a se constituiria com a repressão clara dada em 64, entretanto, detém as características básicas da supressão dos direitos civis e políticos das classes subalternas.

Já Marini, em seus estudos iniciais apresenta o bonapartismo com grandes dubiedades. Apesar de apresentar seu início também com o Estado Novo, em sua análise ela não se configura como a repressão dos direitos políticos e civis da sociedade, mas também surge por

expressões como populismo, através da consideração de que figuras que possuíam legitimidade social para aplicar suas políticas econômicas dentro de um quadro de direitos acessíveis seriam também alocados sob o mesmo processo.

Assim Chasin faz a necessária diferenciação entre os momentos históricos representados pela relação entre as classes sociais, seus direitos e o Estado que surge em sua industrialização. Marini, por seu turno, acaba por não definir exatamente o que seria tal bonapartismo, pois apresenta esta relação dentro de processos históricos bastante diversos, sem delinear as diferenças do que seria este bonapartismo sob o primado do populismo.

### Referências:

ASSUNÇÃO, V. N. F de; SARTÓRIO, L. Ap. V. *A crítica chasiniana à analítica paulista*. In: Verinotio, n. 9, Ano V, nov. 2008, Edição Especial: J. Chasin.

CHASIN, J. *A Miséria Brasileira – 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, Santo André, Ad Hominem, 2000.

\_\_\_\_\_. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

FRANK, A. G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil*. New York;London: Monthly Review Press, 1969.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARK, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, R. M. “Crítica à ‘A revolução brasileira’ de Caio Prado Jr”. In: STEDILE, J. P. *A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. “Dialéctica de la dependencia”. In: MARTINS, C. E. (org): América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008

\_\_\_\_\_. “En torno a dialéctica de la dependencia (postscriptum)”. In: MARTINS, C. E. (org): América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.

\_\_\_\_\_. “Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)”. In: MARTINS, C. E. (org): América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.

\_\_\_\_\_. Subdesarrollo y revolución. México: Siglo Veintiuno, 1971.

OTONI, P. H. S. *A Nação e seu labirinto: a “dependência” e o desencontro entre a democracia e a Nação*. Dissertação de Mestrado (Ciência Política). Belo Horizonte: UFMG, 2011.

RAGO FILHO, A. *A teoria da Via Colonial de objetivação do capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico*. Verinotio, n. 11, Ano VI, abr./2010.

SANTOS, T. *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. Civilização Brasileira, 2000.

SILVA, S. M.; ALVES, A. J. L. J. *Chasin e a tese da “Via Conial”*. In: Verinotio, n. 9, Ano V, nov. 2008, Edição Especial: J. Chasin.

TRASPADINI, R. & STEDILE, J. P. (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.